



**CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGINHA  
CMSV**

Rua Delfim Moreira, 246, Centro, Varginha – MG  
CEP 37002-070, Fone: (35) 3690-2211  
Website: [www.conselhodesaudedevarginha.org](http://www.conselhodesaudedevarginha.org)



**REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO CMSV – 24/10/2017**

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Varginha, de nº 338, realizada na Associação Médica de Varginha, no dia 24 de outubro de 2017, às 18h15 minutos.

**Conselheiros presentes e segmentos no Conselho de Saúde:** Ana Márcia Mendes Miranda Frade (Usuários), Ana Maria Barbosa de Oliveira (Gestores), Aparecida Furtado de Oliveira (Usuários), Carlos Henrique Peloso Silva Júnior (Trabalhadores), Célio Ferreira (Trabalhadores), Claudio Miranda Souza (Usuários), João Mário Reis Júnior (Trabalhadores), Juviane Silva (Gestores), Leila da Silva Azevedo (Trabalhadores), Lúcio Fagundes (Usuários), Máriman Silvério de Resende Silva (Gestores), Mário de Carvalho Terra (Gestores), Paulo Henrique Pazotti (Gestores), Rômulo Azevedo Ribeiro (Usuários), Rosane Alves Pereira (Trabalhadores), Stael Maria Costa (Trabalhadores), Vinício Felipe Brasil Rocha (Trabalhadores). Registramos também as presenças dos profissionais de Saúde: Anelise, Andréia Cristina Silva Maróstica, Marina, Rejane Thecla Rodrigues e Sheila H. Barreto. Célio Ferreira, presidente do Conselho iniciou os trabalhos convidando todos a recitarem a oração do “Pai Nosso” e passou a palavra para o conselheiro Vinício para continuar a apresentação do Plano Municipal de Saúde para o quadriênio 2018/2021. Inicialmente, Vinício fez um breve resumo sobre a apresentação no plano realizada na Reunião Ordinária de 17 de outubro e, posteriormente, continuou a apresentação por blocos de serviços. Para registro nesta ata, serão apenas citados apenas os objetivos que geraram mais considerações dos participantes da reunião em cada bloco.

**Vigilância em Saúde:** Aumentar quadro de funcionários; Reativação do Comitê de Mortalidade Materno Infantil; Fortalecimento da rede de laboratórios públicos; Otimização do laboratório de análise de água; aumentar cobertura vacinal humana; No setor de Zoonoses: Melhorar o laboratório de micologia dentre outras funções; ampliar a frota de veículos. Vigilância Ambiental: Cadastro dos ACEs no CNES; fortalecimento do Comitê de Arboviroses; Vigilância Sanitária: Criação da Taxa de Alvará Sanitário e levar a proposta para aprovação na Câmara de Vereadores. **Média e Alta Complexidade:** Adequação da infraestrutura da Policlínica Central; Implantação da sala de curativos; Execução de Implantes dentários. Saúde da Criança: Construção de uma ala anexa ao Hospital Bom Pastor para funcionamento: Pronto atendimento pediátrico, UTI pediátrica bem como a solicitação junto ao Ministério da Saúde de credenciamento para a Oncologia pediátrica; Implantação e estruturação do modelo de gestão plena no município. **Assistência Farmacêutica:** garantir o acesso aos medicamentos básicos e melhoria da infraestrutura da Central de Abastecimento Farmacêutico; contratar auxiliares de Farmácia e melhorar o acesso e uso racional dos medicamentos. Após a apresentação, algumas deliberações foram feitas antes mesmo da inscrição de conselheiros para a análise do Plano. **A) Inclusão do Conselho Municipal de Saúde no organograma da Secretaria Municipal de Saúde, no mesmo nível do Gestor Municipal de Saúde: Aprovada por**

**unanimidade**; em relação ao texto contido no Plano: **“Implantar e fortalecer a Gestão Plena no município, questionamento feito pela conselheira Ana Maria Barbosa Silva - uma vez que a gestão será implantada ainda este ano e não no ano de 2018: Aprovado por unanimidade o texto como está.** Célio Ferreira solicitou a inscrição dos presentes para as considerações sobre o plano, observando que as considerações serão feitas do plano como um todo, apresentado nas Reuniões Ordinárias e Extraordinárias. Inscreveram-se: Carlos Peloso, Paulo Henrique Pazotti, Stael Maria Costa e Cláudio Miranda. Questionamentos feitos pelo **conselheiro Carlos Peloso**: possibilidade de atualização e revisão dos medicamentos fornecidos aos usuários. Foi informado que esta questão será sugerida pelos farmacêuticos da Rede Municipal. **Conselheiro Paulo Pazotti - Cobrança da Taxa de Alvará Sanitário**: Importância da aprovação pela Câmara, pois, a maioria dos municípios do porte de Varginha já cobra a taxa e que é uma cobrança legal perante a legislação tributária. **Construção da área anexa ao Hospital Bom Pastor**: salientou a importância de verificar antes da execução do projeto todas as questões no âmbito sanitário, como transporte de materiais, lixo hospitalar, pois são questões essenciais para o funcionamento. **Assistência Farmacêutica**: criação da Comissão de Farmácia e Terapêutica e de uma política de revisão periódica da REMUME, para a otimização dos recursos e garantia de acesso à medicação. **Como ficarão os blocos de financiamentos uma vez que, com a implantação da Gestão Plena, os mesmos serão extintos? ; Atualização de todos os dados epidemiológicos**: a Vigilância Epidemiológica possui todos os dados atualizados até agosto de 2017. **Corrigir o Organograma da SEMUS**: Pois o mesmo consta a Vigilância Epidemiológica duas vezes e não consta a Vigilância Sanitária. **Atualizar o conceito de Vigilância em Saúde de acordo com o conceito do Ministério da Saúde. Colocar datas das Resoluções e Legislações citadas no Plano Municipal de Saúde, pois facilita o acesso às mesmas. Projeto de Fortalecimento**: este projeto não existe mais, foi substituído pelo PROMAVS - fazer a correção e questionou-se o motivo do município de Varginha ter se posicionado em não participar do PROMAVS em 2018, sendo que o município deixa de receber recursos estaduais que giram em torno de 90 mil reais/ano. O município já cumpre grande parte dos indicadores, recebendo assim um valor próximo ao máximo. Causa preocupação a saída de Varginha do programa, ainda mais que várias metas do Plano Municipal são similares às metas estabelecidas no programa. Seria uma perda para o município e para toda região a não participação no programa. Os repasses estão atrasados, contudo, existe o compromisso do governo do Estado em pagar estes repasses e que tais recursos são complementares e podem ser usados para a estruturação da Vigilância em Saúde. O Conselheiro Vinício ressalta que a gestão acata o posicionamento dos técnicos da Vigilância em Saúde, que é de não participar do programa, e destaca que os repasses do governo do Estado estão atrasados. **Atualizar os valores repassados pelo Ministério da Saúde para a Assistência Farmacêutica**: para R\$ 5,58 pois no plano consta o valor de R\$ 5,10. **Custeio do Hospital Regional**: pelo texto subentende-se que o Hospital Regional é mantido pelo município, sendo importante listar outras fontes de financiamento como o PROHOSP. **Retirar do Plano a Implantação do SAMU**: Pois o mesmo já está implantado há anos no município. **Financiamento do Programa DST/AIDS**: Os recursos Federais citados são bem inferiores ao que realmente são repassados e colocar também o valor do repasse do município. **Fortalecimento e ampliação da Rede Laboratorial Pública**: esclarecimento de quais recursos financeiros e humanos serão utilizados para tais ações. **Aprovação de projetos arquitetônicos e contratação de engenheiro**: reescrever o texto, pois o mesmo está confuso. **Cobertura Vacinal**: sugere o funcionamento aos sábados e, durante a

semana, após as 17 horas. Criação de um projeto piloto, reservado nos diversos territórios do município, sendo que em cada sábado, uma unidade ficaria aberta. O conselheiro acredita que sem estas alterações de funcionamento das salas de vacina, dificilmente o município atingirá a cobertura vacinal. Em relação a este apontamento Andreia Maróstica informa que a prioridade do município é estruturar as salas de vacinas em todas as Unidades de Saúde, uma vez que nem todas UBS possuem sala de vacina e que o município tem um projeto de mantê-las abertas no horário de almoço, mas o funcionamento aos finais de semana e após as 17 horas é inviável devido à falta de recursos humanos e financeiros para tal ação. Atualização dos dados em relação aos leitos hospitalares pois estão errados. **Apontamentos feitos pela conselheira Stael Costa:** Detalhamentos dos objetivos dos demais blocos pois somente o bloco de Vigilância em Saúde apresenta os objetivos bem detalhados. Práticas Integrativas e Complementares: Quais são? Onde estão implantadas e onde serão implantadas? Há interesse para se implantar homeopatia e fitoterapia? Reestruturação do Programa antitabagismo: para melhorar adesão do paciente e diminuição de desperdícios de medicamentos. Reativação do Comitê de mortalidade materno infantil: reativar o mais breve possível, pois os dados de mortalidade infantil por causas evitáveis e demais indicadores são fundamentais para avaliar a Atenção Básica. E estes dados não foram apresentados no Plano Municipal. Questiona como está a mortalidade infantil no município nos últimos cinco anos. Os apontamentos apresentados em relação à Assistência Farmacêutica foram formulados com a participação da maioria dos farmacêuticos da Rede Municipal. Criação da Comissão de Farmácia e Terapêutica: esta proposta já foi encaminhada há 3 anos atrás para o Gestor de Saúde pelos farmacêuticos que cursaram a especialização em Gestão da Assistência Farmacêutica no SUS, mas sem êxito. A criação da comissão não gera custos, apenas benefícios para o município, pois a mesma é essencial para a seleção/inclusão/exclusão de medicamentos na REMUME, diminuindo gastos com a judicialização. Melhorar no controle de estoque nas farmácias: aponta que o desperdício de medicamentos não está relacionado com o controle de estoque, mas com o uso irracional de medicamentos, uma vez que o farmacêutico não faz serviços assistenciais, pois está sobrecarregado. Melhorar a adesão do paciente para o uso racional: melhorar a adesão é uma consequência da implantação dos serviços clínicos farmacêuticos e não um objetivo. Sugestão de inclusão dos serviços clínicos farmacêuticos. Criação de um sistema para registro da produção dos serviços farmacêuticos; Criação de um Protocolo de Prescrição Farmacêutica dos Medicamentos Isentos de Prescrição; Citar no Plano Municipal a execução dos testes rápidos das DSTs, pois já é uma ação que o farmacêutico executa e não consta no plano; Criar, organizar os serviços clínicos farmacêuticos, para melhorar a adesão do paciente ao tratamento e reduzir o desperdício; Inserir os farmacêuticos das UBS nas reuniões de matriciamento. Elaboração de um Protocolo de Atendimento Farmacêutico nas UBS. **Apontamentos feitos pelo conselheiro Cláudio Miranda:** quanto à inserção da construção do Hospital Pediátrico/UTI Pediátrica no Plano Municipal: deve-se ter muito cuidado, ver a viabilidade do projeto, principalmente no que se refere ao custeio para evitar o que acontece hoje com a demanda de recursos repassados à UPA. Acompanhamento das judicializações por um procurador do município ou câmara técnica que possa acolher as demandas judiciais, principalmente na questão de medicamentos de alto custo, pois em geral existem tratamentos possíveis no âmbito do SUS, foi apontado que essa seria uma das atribuições da Comissão de Farmácia e Terapêutica. Apontamentos feitos pela conselheira Ana Maria: A mesma ressalta a importância e o cuidados com a análise dos recursos financeiros, pois, os mesmos são

escassos. Após os apontamentos feitos pelos conselheiros, Vinício fez considerações: que de todas as colocações pontuadas, como representante da gestão, não concorda com o funcionamento das salas de vacina no período da noite, pois não há recursos para isso. Em relação aos leitos hospitalares: os mesmos não influenciam nas ações do Plano Municipal de Saúde. Dados epidemiológicos: será solicitado ao setor de Vigilância Epidemiológica para que faça as devidas correções, mas os dados já apresentados estão em consonância com os objetivos do plano. Em relação ao Hospital Pediátrico: a implantação e o projeto será submetido ao Conselho Municipal de Saúde e que só será implantado se houver recurso disponível. Vinício sugere a votação do Plano Municipal de Saúde com as devidas ressalvas, mas o conselheiro Paulo Pazotti discorda, sugerindo que sejam feitas primeiramente as correções para a posterior votação. Mas por questão de quórum qualificado de 2/3 dos membros do Conselho, foi feita a votação do Plano Municipal de Saúde com as seguintes ressalvas: Atualização dos dados epidemiológicos e demais dados pertinentes; Criação da Comissão de Farmácia e Terapêutica e convocação de especialistas quando necessário; Comunicação ao Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, da existência da mesma; Inclusão dos Serviços Clínicos Farmacêuticos no bloco da Assistência Farmacêutica. **O Plano Municipal de Saúde foi aprovado pela maioria, com as ressalvas supracitadas, com abstenção do conselheiro Paulo Pazotti.** Nada mais havendo a ser tratado o presidente Célio Ferreira encerrou a reunião às 22h15, agradecendo a presença de todos e eu, Stael Maria Costa, a pedido do mesmo, lavrei esta Ata, que será assinada por mim e demais conselheiros, após lida e aprovada.